

IMAGENS EM SALA DE AULA: O USO DE PINTURAS HISTÓRICAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Priscila Santos Calegari

Graduada em Bacharel e Licenciatura em História.

Centro Universitário Fundação Santo André.

priscila.calegari@hotmail.com

Resumo

As novas perspectivas sobre os livros didáticos mostram a importância em analisá-los como fontes históricas, a medida em que estes, frutos dos processos históricos podem ser utilizados, em alguns casos, como um instrumento de controle ao propagar valores, ideologias e cultura de uma classe dominante. A proposta deste trabalho visa questionar se as pinturas do século XIX relacionadas ao capítulo sobre o processo de povoamento da América portuguesa no século XVI, nos livros didáticos destacados são utilizadas como formas de ilustração, criando permanências com o ensino de História do século XIX, ou estas contribuem para problematizar e interpretar as relações culturais e sociais dentro da sala de aula, empoderando o aluno como sujeito histórico.

Entre os livros didáticos selecionados, para esta pesquisa optou-se por três coleções que tiveram maior adesão entre as escolas estaduais no município de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, entre elas, o livro da editora FTD; História Sociedade & Cidadania, do autor Alfredo Boulos Júnior; livro Projeto Araribá, autoria Maria Raquel Apolinário, Coleção da Editora Moderna e o livro Vontade de Saber História 7º ano, da Editora FTD, com autoria de Marco Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg.

Palavras-chave: Ensino de História. Livro Didático. Leitura de Imagens

1. Introdução

Para o processo de ensino e aprendizagem da disciplina de História, a Base Nacional Comum Curricular estrutura-se de modo a evidenciar quais competências os alunos estão possibilitados a desenvolver em cada etapa escolar.

Para as séries finais do Ensino Fundamental¹, o documento atribui ao aluno a possibilidade de analisar os indivíduos como atores sociais inseridos em um mundo em constante movimento de objetos e populações e com exigência de constante comunicação. Desta forma, compete, como objetivo de aprendizagem do ensino de História, o reconhecimento sobre as principais características da sociedade e as diferentes linguagens que esta possui (linguagem oral, escrita, estética, cartográfica, técnica etc.).

Apresentadas como documentos históricos, essa diversidade de linguagens promove entre os alunos a valorização sobre diferentes tipos de registros humanos. Neste contexto, as fontes visuais (cartografia, iconografia, gráfica, fotografia) apresentam-se como um recurso pedagógico entre os livros didáticos, possibilitando ao aluno reconhecer diferenças culturais e a transformação sociocultural a partir das imagens.

As novas perspectivas sobre os livros didáticos mostram a importância em analisá-los como fontes históricas, a medida em que estes também são frutos dos processos históricos (BITTENCOURT, 2011). Assim, podem ser utilizados, em alguns casos, como um instrumento de controle ao propagar valores, ideologias e cultura de uma classe dominante. Ao historiador, cabe analisar o livro didático como um recurso pedagógico que possui um papel político na cultura escolar; identificar e problematizar os livros didáticos compreendendo que estes, como produto de uma indústria cultural, podem refletir diversos discursos entre editoras, escritores, técnicos que os produzem, alunos e professores.

Os livros didáticos assumiram uma grande relevância como uma política pública de Estado para a educação, ainda que carregados por campos de interesses divergentes. A Lei de Diretrizes e Bases, ampliou o acesso aos livros didáticos para todas as etapas da educação básica e o consolidou como uma ferramenta substancial para a prática docente e um suporte fundamental para os estudos dos alunos

Para o ensino de história, cabe destacar e questionar como as imagens, inseridas em livros didáticos são possibilidades pedagógicas de reflexão sobre os sujeitos e seus contextos; uma vez que, a sociedade imagética atribuiu a imagem a função de comunicar

¹ Segundo a lei 11.274/2006 que institui o Ensino Fundamental com duração de 9 (nove) anos compete a faixa etária de 6 a 14 anos. Os anos finais do Ensino Fundamental são ofertado aos alunos de 11 a 14 anos, correspondendo as séries que vai do período de 6ª a 9ª série.

e transmitir informações, tornou-se uma ferramenta do conhecimento entre o homem e o mundo que o cerca, proporcionando compreender objetos, lugares e pessoas a partir das representações produzidas em diferentes contextos sociais, políticos e ideológicos, reforçando as narrativas e o imaginário histórico dos alunos.

Os procedimentos metodológicos para esta pesquisa abrangem três momentos: identificação dos processos percorridos pelo ensino de História, a partir do processo de redemocratização com as mudanças curriculares através de revisionismos historiográficos sobre a Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular; revisão teórica sobre o livro didático como uma ferramenta para o processo ensino-aprendizagem no ensino de História, a partir da leitura do Guia do Livro Didático – 2017 e o Edital de Convocação das obras didáticas produzido pelo Ministério da Educação; revisão da literatura a respeito do conceito de pintura histórica e o uso destas na produção historiográfica e a consideração sobre o papel pedagógico do uso de pinturas históricas no ensino de História. No terceiro momento, esta pesquisa utilizará sobre amostragem os livros didáticos do 7º ano do Ensino Fundamental, utilizados entre as escolas da Rede Pública Estadual do Município de São Bernardo do Campo, a partir de uma análise qualitativa cujo objetivo é coletar informações referentes às imagens encontradas nos livros didáticos, apresentando: tipos de ilustração, presença e tipos de legendas, sua função didática e a presença de propostas de atividades relacionadas com as imagens e análise proposta pelo Guia do Livro Didático.

2. Breve panorama sobre as reformas educacionais e as mudanças ocorridas nos programas curriculares da disciplina de História a partir do processo de redemocratização.

Com o processo de redemocratização a partir do final dos anos 70, novas reformas ocorreram na educação, dentre elas, a extinção dos Estudos Sociais e o ressurgimento dos estudos de História e Geografia como disciplinas autônomas.

A partir da década de 80, surgiram novas possibilidades de se pensar o ensino, ocorreram reformulações curriculares, a mudança no programa curricular do ensino de

História voltava-se para uma revisão e análise crítica da sociedade brasileira, o reconhecimento dos conflitos e das ações políticas, o surgimento no ensino de História de sujeitos sociais antes marginalizados pelo ensino tradicional e erudito.

Durante o governo FHC, as reformas ocorridas tiveram como pano de fundo articulações com o Banco Mundial (SAVIANI, 2013) as novas reformas e práticas educacionais fundamentam-se sob um “neotecnicismo”, cujo o objetivo das mudanças curriculares desloca-se do processo educacional para os resultados.

Fundamentada nos princípios democráticos, em 1996 ocorreu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais 9.394/96 que priorizava a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” caberia à educação básica fornecer condições para a formação comum aos estudantes quanto a capacitação para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. Com o objetivo em promover e garantir o ensino básico (Ensino Fundamental e Médio), sobre o contexto da reforma do ensino, caberia à União a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) formulados em 1997.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais atuaram sobre diferentes disciplinas do currículo escolar, propuseram mudanças quanto ao enfoque dos conteúdos. Com as propostas levantadas com o PCN, o ensino História contribuiu para a construção de uma identidade socialmente responsável e crítica, opõem-se à ideia que esta é pautada no espírito patriótico, nacionalista ou elitista, preocupam-se com uma aprendizagem de caráter social e humanista e ressignificam os conceitos de cidadania e identidades a partir de uma ação coletiva e política. O perfil do professor e o do aluno, passaram por mudanças significativas a partir das propostas estabelecidas com os PCNs.

Entre 2001 e 2010, ocorreu a vigência do Plano Nacional da Educação com duração de 10 anos. O objetivo do PNE era garantir que as continuidades das políticas públicas para a educação fossem independentes dos governos.

O Plano Nacional de Educação possuiu continuidades no programa de educação durante o primeiro e segundo governo Lula. Além deste, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), fora lançado pelo MEC o Plano de Desenvolvimento da Educação. O objetivo do PDE era implantar melhorias na qualidade do ensino básico garantindo a universalização da educação básica e a ampliação dos acessos ao ensino

superior. Durante o governo Lula, a educação fora considerada condição essencial para a cidadania.

Em seu segundo mandato, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva elaborou a Carta-Compromisso pela garantia do direito à Educação de Qualidade. Dentre as medidas estavam: a inclusão, até o ano de 2016, de todas as crianças e adolescentes na escola; a superação do analfabetismo e o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade a todas as escolas, a fim de reduzir as desigualdades na educação.

Para o ensino de História, as mudanças advindas de um novo contexto político trouxeram contribuições significativas para o conhecimento Histórico. A Lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, alterava a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, incluindo no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Há uma importância histórica presente no reconhecimento da Lei 10.639, que passa a ser difundida, no ensino de História, uma nova mentalidade sobre a cultura afro-brasileira como constituinte da formação das identidades, novas representações sociais que rompem com a trajetória histórica de marginalização do negro na sociedade brasileira.

Em 10 de março de 2008, a lei 10.639 é alterada, e estabelece-se as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena” a partir da Lei 11.645 que propõe reconhecer o intercâmbio cultural na formação da identidade brasileira.

Para o ensino de História, a alteração da lei promoveu mudanças relevantes à interculturalidade e à diversidade sociocultural que integram a formação da sociedade brasileira. As questões indígenas, em sua maioria, eram reduzidas em sala de aula a padrões estereotipados e o desprezo sobre as sociedades ameríndias. Desta forma, a lei 11.645 ressignificou e promoveu avanços no que tange o conhecimento da história e da cultura indígena.

Em 2013, com a revisão sobre os PCNs, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Essa revisão integra o Plano de Desenvolvimento da Educação e legitima a concepção da Base Nacional Comum Curricular, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases.

As mudanças curriculares para o ensino de História mostraram avanços no que tange aos discursos tradicionais ligados a uma história factual. Em oposição a esta ideia, enfatizam as diversas experiências e narrativas históricas, deslocando-se paulatinamente de uma perspectiva eurocêntrica. O ato de ensinar transforma-se em uma ação política e o conhecimento ligado ao currículo de História simboliza um campo de disputas políticas, sociais e ideológicas. Os retrocessos vividos no contexto político refletem sobre as discussões curriculares no ensino de História, este enquanto espaço de luta e resistência das demandas sociais.

3. O processo de avaliação dos livros didáticos de história a partir do Guia dos Livros Didáticos –PNLD 2017.

Os programas de amparo e acessibilidade aos livros didáticos para os estudantes brasileiros são concepções de mudanças estruturais político-econômicas da sociedade (BATISTA & GALVÃO, 2008). Assim como as reformas curriculares, as coleções didáticas passam por constantes mudanças em suas narrativas e práticas pedagógicas, uma vez que os livros didáticos são lidos e interpretados a partir de diversos sujeitos sociais, (ROCHA, 2017).

Durante o início da República, quando o ensino de História era fortemente vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao Colégio Pedro II, os livros didáticos utilizados eram, em sua maioria, escritos ou traduzidos por professores do próprio Colégio. Os livros eram carregados por um conhecimento ilustrado e uma narrativa com pretensão a verdade sobre o passado.

Em períodos nos quais o ensino de História pautava-se em um projeto político de formação e consolidação de uma identidade nacional, procurava-se formar um espírito patriótico e ufanista. Na maioria das vezes, os livros didáticos compartilhavam as mesmas ideias do Estado, ligados ao contexto sócio-político na cultura escolar, poderiam ser entendidos como facilitadores para a disseminação de ideologias.

Com as constantes mudanças sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a partir dos anos 90, foram realizadas ações afirmativas como as avaliações pedagógicas, assegurando a qualidade destes e a distribuição regular dos livros didáticos

para as escolas. Dentre as ações, em 1996, fora publicado o primeiro Guia do Livro Didático. O documento destaca os resultados e as metodologias para a avaliação das coleções didáticas inscritas no Edital do Programa Nacional do Livro Didático, além disso, o Guia do Livro Didático é um facilitador para a aquisição do material didático nas escolas.

As coleções didáticas de História do Ensino Fundamental começaram a ser distribuídas em 1997, e do Ensino Médio em 2007, após a criação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), em 2003.

O PNLD desde sua consolidação vem promovendo constantes mudanças para o ensino de História. A partir 2004, ampliam-se as dimensões de apropriação sobre o conhecimento histórico, e os livros didáticos tornaram-se as principais fontes de estudo e facilitadores de apreensão de conceitos caros ao ensino de História, separando o conhecimento histórico do conhecimento geográfico.

Guia do Livro Didático – PNLD 2017 enfatiza a importância do processo de escolha dos livros didáticos e a autonomia do professor em escolher as obras didáticas que auxiliarão seu trabalho “empodera a sua função intelectual” (BRASIL, 2017). Ao compreender as discussões sobre sua área do conhecimento, é oportunizado ao professor escolher entre os livros didáticos aquele que mais se adapta às suas práticas pedagógicas.

O documento aborda as mudanças recorrentes aos desafios da atuação pedagógica do professor de História ao se deparar com contextos de uma indústria cultural atrativa aos alunos, que representam eventos do passado através de filmes, novelas, romances, entretanto mostram-se distante para a construção de um “futuro coletivo” (BRASIL, 2017). Em sala de aula, esses contextos produzidos pela indústria cultural, em alguns casos, permitem renovações na ação pedagógica.

Além disso, o documento desperta para a mobilização e o empoderamento dos protagonismos juvenis: ampliar a construção da compreensão de sujeitos históricos, conduz os alunos a compreender que eles também contribuem para as mudanças e as construções das narrativas históricas.

3.1. Os livros didáticos selecionados entre as escolas de São Bernardo do Campo

Para análise das pinturas históricas dentro dos livros didáticos, o presente trabalho selecionou as três coleções didáticas mais adquiridas entre as escolas da rede pública estadual na cidade de São Bernardo do Campo.

Dentre as escolas estaduais do município de São Bernardo do Campo, trinta e quatro escolas selecionaram a obra didática *História Sociedade & Cidadania* da editora FTD tem como autor o historiador Alfredo Boulos Júnior, totalizando 2.839 livros desta coleção. A obra didática *Projeto Araribá*, uma obra coletiva, organizada pela editora Moderna; a elaboração do projeto fora realizada por professores de história da rede pública e particular de ensino, especialistas e mestre em História e Educação; a editora responsável pelo *Projeto Araribá* é a professora e historiadora Maria Raquel Apolinário, fora adquirida por oito escolas do município, totalizando 707 aquisições. A terceira obra didática a ser analisada fora adquirida por cinco escolas da rede pública estadual, foram adquiridas 484 obras didáticas da coleção *Vontade de Saber História*, o livro é organizado pela editora FTD, mesma editora do livro *História Sociedade & Cidadania*. Seus autores são: Marco César Pellegrini, professor graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) editor de livros da área de história; Adriana Machado Dias, professora graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e especialista em História Social e Ensino de História também pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Keila Grinberg, professora graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, Doutora em História Social também pela Universidade Federal Fluminense e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

4. Pinturas históricas do século XIX inseridas sobre o processo de colonização nos livros didáticos do 7º ano

As pinturas históricas, como gênero artístico, são responsáveis pela formação de uma memória nacional. Para a produção de pinturas com caráter histórico, os artistas que se especializaram neste gênero, sobretudo a partir no final do século XIX e início do século XX, dialogaram constantemente com a história do Brasil difundida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, configurando para a produção artística uma marca nacionalista. Há uma intenção oficial em se criar a partir das pinturas históricas o passado

das identidades para assim consolidar através do imaginário coletivo o discurso e a valorização do sentimento nacional, sobre uma nação ainda em construção.

Durante o século XX, essas pinturas continuaram a ser incorporadas em livros didáticos como ilustrações sobre narrativas históricas. Assim, essas pinturas caracterizavam-se também com funções pedagógicas, inseridas dessa forma, na maioria dos livros didáticos, até hoje, alicerçaram uma ideia de memória nacional e incitaram os sentimentos patrióticos e nacionalistas através dos heróis nacionais consolidados em uma consciência e imaginário nacional.

Os livros didáticos, na maioria das vezes, reproduzem tradições de uma historiografia a ser debatida e desconstruída em sala de aula.

Assim ao se analisar as pinturas inseridas no capítulo sobre o processo de colonização no século XVI para os alunos do 7º ano, é importante destacar para além das legendas: observar os personagens representados, suas vestimentas, analisar quem é o artista que a produziu, seu contexto cultural, social e político, a que período a imagem pertence e a qual período a obra retrata, a localização representada e onde a obra se encontra, são alguns dos elementos a destacar para a leitura de uma imagem.

As pinturas do final do século XIX e início do século XX, que nos materiais didáticos são inseridas no capítulo de colonização e administração da América Portuguesa, quando não problematizadas em sala de aula, questionadas sobre a sua autoria, período de produção, os motivos que levaram a sua produção, observação dos elementos humanos representados, transformam-se em uma descrição sacralizada sobre o processo de colonização do século XVI.

Uma das pinturas históricas apresentadas nos livros didáticos é a “Fundação de São Vicente” (imagem 1) de Benedito Calixto, concebido em 1900. A obra possui um caráter histórico sobre a fundação da vila de São Vicente, apresenta como sujeitos indígenas e portugueses cria-se uma ideia de “amistosidade” entre estes, o quadro “Fundação de São Vicente”, abordado nos livros didáticos *História Sociedade & Cidadania* e *Projeto História Araribá*, é atribuído de significados quando contextualizado ao seu período histórico e ao posicionamento político e social do artista.



Imagem 1: Benedito Calixto de Jesus. Fundação de São Vicente, 1900. Óleo sobre tela. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo.

O livro *História Sociedade & Cidadania* também apresenta a pintura “Primeira Missa do Brasil” (imagem 2), concebida por Victor Meirelles. A representação de 1862, do acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, simboliza no século XIX a representação visual do momento inaugural da nação brasileira.



Imagem 2: Victor Meirelles. Primeira Missa no Brasil, 1860. Óleo sobre tela. Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Outra pintura histórica que surge entre os livros didáticos analisados é o “Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, 1500” (imagem 3), de Oscar Pereira da Silva, aluno de Victor Meirelles na Academia Imperial de Belas Artes entre (1882-1887). O quadro apresentado no livro didático *Vontade de Saber História* é uma representação em comemoração ao IV centenário do Descobrimento do Brasil. A pintura histórica fora encomendada por Afonso d'Escragnole Taunay, diretor do Museu Paulista da USP, durante as comemorações do centenário da independência.



Imagem 3: Oscar Pereira da Silva. Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, 1500, 1922. Óleo sobre tela. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo.

No livro *História Sociedade & Cidadania*, o autor se preocupa em ilustrar singularidades do processo de colonização do Brasil e utiliza como referências duas pinturas históricas: uma como representação de uma narrativa e a outra como atividade de leitura de imagem.

A primeira pintura histórica apresentada no capítulo *Colonização Portuguesa: administração*, é o quadro de Benedito Calixto “Fundação de São Vicente” de 1900. O livro *História Sociedade & Cidadania* de Alfredo Boulos Junior apresenta a pintura de Benedito Calixto como uma referência ao processo de colonização do Brasil. A imagem é apresentada junto ao texto “A colonização” e estabelece a partir de uma caixa de diálogo uma leitura da tela e contextualização de sua produção.

Sobre os aspectos formais do livro didático, este apresenta imagens impressas nítidas, com legendas citando seu título, autores, ano de produção e em alguns casos localização da obra. O autor preocupou-se em estabelecer um diálogo entre o texto de colonização do Brasil e o contexto de concepção da pintura “ Fundação de São Vicente” em 1900.

Outro aspecto apresentado no livro é uma seção fixa de atividade sobre leitura de imagem. O livro apresentou o quadro “Primeira Missa do Brasil”, de Victor Meirelles, concebido em 1860 e o quadro de mesmo título produzido por Cândido Portinari em 1948. Sobre as imagens o livro destacou as diferenças entre as duas produções.

Apesar do livro se preocupar em estabelecer comparações entre as imagens e apresentar a partir de uma caixa de diálogo uma concepção sobre o contexto de produção da obra de Benedito Calixto, o livro não apresenta a partir das imagens ideias para se desconstruir os estereótipos dos povos indígenas representados nas pinturas. Da mesma forma, ao propor uma atividade de leitura de imagem, o livro apresenta questões relacionadas aos artistas e suas formas, quando poderia levar o aluno a indagar e a observar as imagens e descreve-las a partir dos sujeitos representados nos quadros, seus comportamentos, vestimentas e suas relações com o catolicismo português e paganismo indígena, representados nas obras.

No livro *Projeto Araribá*, o capítulo *A administração da América Portuguesa* também apresenta como representação do contexto de colonização a pintura histórica de Benedito Calixto ‘Fundação de São Vicente’. Na mesma página, o livro apresenta os textos: Início da colonização e As capitânicas Hereditárias, e duas caixas de textos que introduzem os conceitos de capitania hereditária e governo geral e os direitos e deveres dos donatários.

A imagem é apresentada como uma referência ao processo de colonização. Sob o aspecto técnico, o livro apresenta a imagem com uma resolução baixa diminuindo sua nitidez e qualidade; sobre legenda da obra, o livro apresenta seu título, autoria e ano de produção, entretanto não apresenta sua localização.

No que diz respeito a seu contexto de produção e sua relação com a produção do conhecimento histórico, o livro não aborda o contexto de produção ou levanta problemáticas sobre o processo de colonização visto a partir da obra, como apresentado na caixa de texto do livro *História Sociedade & Cidadania*.

Sobre o processo de colonização representado a partir de pinturas históricas do século XIX, o livro *Projeto Araribá* apresenta a pintura como uma ilustração. Além disso a obra não destaca atividades de leituras de imagens no capítulo analisado.

O livro *Vontade de Saber História*, no capítulo *A colonização portuguesa na América*, apresenta a pintura histórica ‘Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, 1500’, pintura de Oscar Pereira da Silva em 1922.

Apesar do livro possuir uma diversidade de imagens sobre o processo de colonização da América portuguesa, fotografias, gravuras, cartografias, o livro apresenta a pintura ‘Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, 1500’ como uma proposta de atividade de leitura de imagem.

Sobre o aspecto técnico da imagem, o livro a apresenta de forma compacta no rodapé da página, prejudicando à leitura da legenda da imagem. Para uma análise da imagem como a que o livro propõe, estabelecendo relações com os sujeitos, observações sobre os comportamentos e os trajes que estes vestem, buscando a autoria da obra, promovendo comparações entre a carta de Caminha e a pintura, o redimensionamento da imagem favoreceria a atividade de leitura proposta pelo livro entre os alunos.

Contudo, apesar da forma como a imagem fora inserida no livro, este apresenta uma atividade de leitura e interpretação da imagem que busca desconstruir elementos e discursos sobre o processo de colonização. Além disso, propõe, ao interpretar a imagem, uma discussão e esta é uma das maneiras de se representar um acontecimento histórico, ou seja, uma fonte histórica a ser analisada. O livro didático possibilita diversas interpretações sobre o quadro, estabelecendo permanências e rupturas entre seus personagens, o seu discurso ao ser concebido a partir de um olhar do século XIX e as comparações com outras fontes.

5. Considerações Finais

As pinturas históricas que representam o século XVI, analisadas nos livros didáticos do 7º ano do Ensino Fundamental, apresentam mais elementos de uma iconografia e de mecanismos de controle social correspondentes ao século XIX do que elementos relacionados ao século XVI.

Quando inseridas em livros didáticos, sem serem contextualizadas ou problematizadas, na maioria das vezes, essas imagens reproduzem permanências sobre valores sociais, simbólicos e culturais de uma classe dominante.

Há um potencial cognitivo ao analisar as pinturas históricas e estas como fontes para problematizações e debates em sala de aula, uma vez que as pinturas históricas possuem discursos, são documentos históricos que retratam visões de determinada sociedade, representam processos históricos na qual grupos sociais estão inseridos e articulam o olhar do presente a partir das metodologias de análise e leituras de imagens.

Há uma relevância social ao questionar como os livros didáticos trabalham com pinturas que foram concebidas a partir de um discurso e um olhar elitista. Observar como essas imagens são reproduzidas em livros didáticos difundidos entre as escolas públicas, em sua maioria, sem de reconhecer a importância histórico-social de cada sujeito social representados nas pinturas possuem.

Observamos que o livro didático ainda possui muitas lacunas; dentre os objetos analisados estes não se comportam como completos e finalizados. O que estes carregam são ideias que junto ao trabalho do professor e do aluno possam se materializar através de discursos, debates, formações de opiniões, fortalecendo as representatividades em sala de aula.

Ao analisarmos as três principais obras didáticas selecionadas nas escolas de São Bernardo do Campo para os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, percebemos nos capítulos analisados que as pinturas históricas, em alguns casos, ainda estão inseridas nos livros didáticos como uma ilustração sobre o século XVI. Em alguns casos, possibilitando de maneira reducionista o reconhecimento de dois momentos diferentes, um enquanto representação e olhar sobre um passado histórico e, outro momento, o de produção da pintura no século XIX, identificando os discursos ideológicos de uma época através da representação dos estereótipos, reconhecendo as tensões políticas e sociais na qual estas pinturas foram concebidas.

Identificamos desdobramentos sobre os quais os livros didáticos passaram desde sua implementação como uma política educacional, a avaliação realizada pelo MEC, a produção de um Guia, e sobretudo a autonomia do professor em escolher o livro que mais se adapta ao seu projeto pedagógico mostra um avanço em ameaça

Contudo, reconhecemos o papel do professor em sala de aula, ao procurar maneiras de desobstruir as amarras fortemente impostas aos alunos através de uma violência social. Possibilitar aos estudantes, sobretudo das escolas de rede pública, uma emancipação e empoderamento enquanto sujeitos atuantes do processo ensino-aprendizagem.

6. Referências Bibliográficas

ABUD, Katia Maria. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.13 nº25/26. Set 92/ago.93.p.163-174.

BATISTA, Antonio Augusto Gomes; Galvão, Ana Maria de Oliveira. Manuais escolares e pesquisa em História. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. História e Historiografia da Educação no Brasil. 1.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.p.161-188.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional do Livro Didático. Guia do Livro Didático: Ensino Fundamental anos finais, 2004 p.296. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/guia3.pdf> >. Acesso em: 31/07/2018.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História Sociedade & Cidadania. 3ªed. São Paulo: FTD, 2015

CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerras narrativas? *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016.

CASTRO, Isis Pimentel de. Pintura, memória e história: a pintura histórica e a construção de uma memória nacional. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.38, outubro de 2005.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & Ensino de História*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

_____ e VEIGA, Cynthia Greive. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. 1.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

FRANÇA, Eduardo. *História e imagens*. . 2ªed. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

GOMBRICH, Ernest. *Arte e Ilusão, um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2007.

LIBANEO, José Carlos. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes Visuais, Cultura Visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23, nº45, pp.11-36, 2003.

PELLEGRINI, Marco César. *Vontade de Saber História*. São Paulo: FTD, 2009.

PROJETO ARARIBÁ: *HISTÓRIA 7º ano*. 3ªed. São Paulo: Moderna, 2010.

ROCHA, Helenice (org). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil: (1930/1973)*. 40 ed.3ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Durval. Escola e Democracia: Polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.